



PRODUÇÃO CAMPONESA NA AMAZÔNIA E METROPOLIZAÇÃO: LUTAS, RESISTÊNCIAS E AUTONOMIA DAS COMUNIDADES EM IRANDUBA-AMAZONAS

Francilene Sales da Conceição

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGGEO, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Urbana e Regional/NPUR, Brasil
fconceicao@uea.edu.br

Matheus Vieira Areb

Doutorando em Geografia na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa Urbana e Regional/NPUR, Brasil.
matheusvareb@gmail.com

Susane Patrícia Melo de Lima

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGGEO, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Urbana e Regional/NPUR, Brasil.
splima@uea.edu.br

Isaque dos Santos Sousa

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGGEO, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa Urbana e Regional/NPUR, Brasil.
isousa@uea.edu.br

RESUMO – Este trabalho buscou compreender a questão agrária em área de assentamento no município de Iranduba, estado do Amazonas, considerando a poliprodução e a diversidade da produção econômica da agricultura camponesa, enquanto estratégia de luta e resistência frente a expansão das relações capitalistas de produção, indutora de conflitos agrários e territoriais. Perpassa-se pelo processo de metropolização do espaço que alcança esse território e evoca conteúdos, códigos e valores hegemônicos de escala global como um processo de ação das relações capitalistas de produção. O município de Iranduba é o recorte espacial analítico, em que se aponta características da produção e das relações socioespaciais na comunidade, influenciadas pela proximidade com a metrópole Manaus, posicionando o processo de metropolização que transforma paisagens, ações e práticas, numa imbricada trama em que as resistências se expressam através das reprodução da vida. O método de análise foi o materialismo dialético para a compreensão dos conflitos agrários e territoriais destacando as formas e estratégias de resistências a partir da produção econômica da agricultura camponesa, bem como as dinâmicas agrárias e territoriais a partir da territorialização da produção do campesinato e do modo de vida simbólico-identitário das festas/festividades, religiosidade e sociabilidades.

Palavras-chave: Produção Camponesa; Amazônia; Conflitos Territoriais; Metropolização Regional Periférica; Iranduba-Amazonas.

PEASANT PRODUCTION IN THE AMAZON AND METROPOLIZATION: STRUGGLES, RESISTANCE AND AUTONOMY OF COMMUNITIES IN IRANDUBA-AMAZONAS

EDIÇÃO ESPECIAL:

Dossiê Amazônia, mudanças e realidades contemporâneas



PÁGINA 154

ABSTRACT – This work sought to understand the agrarian issue in a settlement area in the municipality of Iranduba, state of Amazonas, considering polyproduction and the diversity of economic production in peasant agriculture, as a strategy of struggle and resistance against the expansion of capitalist relations of production, which induces agrarian and territorial conflicts. It goes through the process of metropolization of the space that reaches this territory and evokes contents, codes and hegemonic values on a global scale as a process of action of capitalist relations of production. The municipality of Iranduba is the analytical spatial section, in which characteristics of production and socio-spatial relations in the community are highlighted, influenced by the proximity to the Manaus metropolis, positioning the process of metropolization that transforms landscapes, actions and practices, in an intertwined plot in which resistances are expressed through the reproduction of life. The method of analysis was dialectical materialism to understand agrarian and territorial conflicts, highlighting the forms and strategies of resistance based on the economic production of peasant agriculture, as well as the agrarian and territorial dynamics based on the territorialization of the production of the peasantry and the symbolic-identity way of life of parties/festivities, religiosity and sociability.

Keywords: Peasant Production; Amazon; Territorial Conflicts; Peripheral Regional Metropolization; Iranduba-Amazonas.

INTRODUÇÃO

As representações acerca do Estado do Amazonas pouco remetem à identidade simbólico-identitária da classe social camponesa, da poliprodução e da diversidade da produção econômica da agricultura camponesa, pois historicamente, sempre esteve em destaque nos discursos coloniais falados, escritos, pintados e desenhados, a floresta densa e selvagem, os rios caudalosos e a terra sem gente (PORTO-GONÇALVES, 2018), reafirmando a ideia de vazio demográfico, negando e invisibilizando substantivamente o debate acerca das questões agrárias e territoriais. Este discurso limita e oculta modos de vidas do campesinato, pois nas cenas protagonistas do espaço agrário amazônico não veem conflitos fundiários e territoriais, fato que desconsidera e desqualifica a especificidade da territorialização da produção camponesa da Amazônia concretizadas nas terras, águas e florestas.

O modo de vida da produção camponesa na Amazônia, sobretudo no estado do Amazonas, está relacionado às territorialidades singulares que advém da relação terra-água, em um interstício do mundo espacial/territorial do campesinato, em que o território é intrínseco à produção, demonstrando que esses elementos como a várzea e a terra firme, são categorias importantes na apreensão dessa realidade. Isto porque, o espaço agrário é permeado por processos de desenvolvimento e expansão das relações capitalistas de produção que pressionam, coagem, intimidam, ameaçam, exploram e violentam a natureza/territórios/territorialidades em que se vive, trabalha e se exerce a cultura camponesa. Tal realidade torna-se evidente na medida em que a produção da agricultura camponesa se mostra como elemento central da reprodução espacial e territorial das famílias camponesas da Amazônia, alvo das contradições inerentes ao avanço da fronteira do capital, materializando uma Amazônia recheada por conflitos agrários e territoriais, pelo que se pode aferir que mais recentemente a Região Metropolitana de Manaus/RMM passa a ser o território em que este modus operandi se instala como nova fronteira do capital e sua reprodução ampliada difundida sob a lógica do desenvolvimentismo nesta região.

O surgimento de uma Amazônia em disputas sob a ação do capital global a partir de inúmeros projetos territoriais, materializados pelo agronegócio, mineração, extração madeireira, garimpo, especulação imobiliária, dentre outros, desvela um mundo amazônico de expropriação, exploração e violências materiais e imateriais no território do campesinato em suas múltiplas dimensões e escalas espaciais, que Lima (2024) aponta como a difusão da metropolização regional periférica, sob o mote do desenvolvimento regional que se dá pelo avanço destas fronteiras com aportes financeiros modernos e da implementação de grandes projetos que introjetam no espaço metropolitano, novas formas, novos conteúdos, novos valores com ações que se processam no campo/rural moderno, expropriando a mais significativa tríade amazônica:

EDIÇÃO ESPECIAL:

Dossiê Amazônia, mudanças e realidades contemporâneas



PÁGINA 155

povos-rios-florestas (LIMA, 2024).

No mundo contemporâneo, o estabelecimento do capital como motor hegemônico e neoliberal que se consolida antagonicamente no espaço agrário amazônico, resulta na reestruturação de áreas novas que avançam sobre antigas, mesclando o urbano-metropolitano com o agrário-metropolitano, provocando um fluxo de mudanças espaciais e territoriais, contrastando realidades da produção econômica de renda e subsistência familiar de trabalhadores camponeses e trabalhadoras camponesas. Trata-se de territórios em disputa que envolve de um lado, o modo de produção capitalista que instaura às imposições burocráticas e privadas e estabelece a especulação fundiária e o sistema de grilagem, e de outro lado, tem a agricultura camponesa que luta e resiste frente à lógica desigual e combinada que visa a subsunção de territórios de vida, trabalho e cultura.

Em nível regional a fronteira agrícola de ordem capitalista na Amazônia aparece como projeto territorial e uma ideia paradigmática, da conformação do capital em todos os níveis, fazendo frente à negação da natureza/povos/territórios da Amazônia, ou em conformidade com Lima (2024), da tríade povos-rios-florestas, sobretudo, a classe social camponesa. Os projetos desenvolvimentistas das relações capitalistas de produção se territorializam e se encontram atuantes na Amazônia com a legitimação do Estado burguês, através de um mecanismo de dominação e apropriação de territórios, que estimula a pensar sobre a seguinte questão: como a complexidade desse fenômeno conflitante de ordem global (capital) chega no local (comunidades amazônicas) e atinge, contraditoriamente, as territorialidades camponesas amazônicas (a RMM)? Parte-se de uma discussão mais abrangente, até chegar ao local como proposta de evidenciar o fenômeno na prática, em que sem dúvidas, a solidariedade entre capital público e privado se coadunam para a reprodução do capital hegemônico a fim de evocar um chamado desenvolvimento regional, aqui entendido como um desenvolvimento regional desigual.

Neste ensejo, o presente artigo objetiva compreender a questão agrária e urbano-metropolitana inerente às áreas de assentamentos no município de Iranduba, estado do Amazonas, Amazônia Ocidental, considerando a poliprodução e diversidade produção econômica da agricultura camponesa, como uma estratégia de luta e resistência frente o desenvolvimento e a expansão das relações capitalistas de produção causadora de conflitos agrários e territoriais. O processo de metropolização do espaço alcança esse território que passa a exprimir conteúdos, códigos e valores hegemônicos de escala global, “como processo hegemônico de ação das relações capitalistas de produção” (AREB, LIMA e CONCEIÇÃO 2024, p. 81), portanto enfatizando um desenvolvimento regional desigual, periférico, capaz de evidenciar as marcas de uma condição de expropriação, exploração em território amazônico da tríade povos-rios-florestas (LIMA, 2024).

O município de Iranduba foi preferido como recorte espacial analítico, pois sua proximidade com a metrópole Manaus indica-o em processo de metropolização do espaço, isso significa dizer que há uma dialética presente nas relações socioespaciais, entre as formas pretéritas bem definidas pelo caráter rural, ao qual pesa sobre o município as influências de Manaus como centro urbano-metropolitano que difunde-se pelo território de Iranduba através da estrada AM-070, transformando paisagens, ações e práticas, numa imbricada trama em que as resistências se expressam através das reprodução da vida.

O município é apresentado enquanto contexto geral, mais especificamente, observações foram feitas em duas localidades: 1) Ramal do Pupunhal, uma ocupação caracterizada por pequenos lotes, produtores advindos da migração da Costa do Catalão-Iranduba-AM; e, 2) Ramal da Cachoeira do Castanho, área conhecida como “Novo Catalão” de assentamentos para horticultura de realocados da área do “Catalão Velho” sob a influência do fenômeno de terras caídas. Essas áreas são adjacentes à rodovia AM-070, logo, buscou-se reconhecer as características de produção e as relações socioespaciais.



Quanto às relações socioespaciais inerentes a este recorte espacial, importa destacar a metropolização do espaço, mencionado por Ascher (1995) como um processo que não está restrito a áreas metropolitanas, agregando-se ao pensamento de Lencioni (2013) quando esta profere que a metropolização possui uma dimensão cultural que atinge as esferas da vida, incide nos espaços, e os hábitos culturais e valores urbanos passam a ser aqueles que emanam da metrópole. Assim, afirma-se que do ponto de vista do entendimento teórico a metropolização é um processo que afeta não apenas o urbano, nem tampouco somente o campo, o rural/agrário, ao contrário, é um processo inerente também aos espaços considerados cada vez mais distantes “difundindo a cultura urbana, os valores urbanos, as normas e práticas sociais dominantes da metrópole” (FERREIRA, RUA, MOURA, 2017, p. 14) desta forma, a metropolização do espaço extrapola a cidade, “incorpora cidades pequenas, médias e transforma os múltiplos territórios e territorialidades, atingindo gradativamente o espaço agrário da Amazônia e resultando na espacialização de conflitualidades/conflitos agrários e territoriais” (AREB, LIMA, CONCEIÇÃO, 2024, p. 82).

O método de análise parte da perspectiva do materialismo histórico e dialético, posto que o espaço agrário, imbricado às ações que emanam da metrópole, portanto do urbano-metropolitano, são entendidos a partir de suas contradições, a partir da tríade definidora do método, a afirmação, negação e a negação da negação (SPOSITO, 2004), que ressaltam a análise triádica dos povos-rios-florestas e terras, águas e florestas. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e explicativo, elencando procedimentos metodológicos, como: 1) pesquisa e revisão bibliográficas em Marx (1996), Oliveira (2005, 2007, 2016), Martins (1996, 2009, 2013), Fernandes (2008, 2014), Cruz (2007), Witkoski (2021), Conceição (2021), Costa Silva (2022), Lima (2024), Areb, Lima, Conceição (2024), Lencioni (2013) ambos permitindo o fundamento sobre os estudos agrários, territoriais e metropolitanos que se manifestam na Amazônia; 2) pesquisa de campo nas comunidades camponesas em áreas de assentamento no município de Iranduba, na RMM, estado do Amazonas, com realização de entrevistas não estruturadas com trabalhadores e trabalhadoras camponesas, bem como, anotações sistematizadas dos diálogos intersubjetivos com camponeses e camponesas e as observações diretas nas propriedades camponesas onde se desenvolvem a vida, o trabalho, a cultura e a produção da agricultura camponesa orgânica e não orgânica, em que materialmente a metropolização regional periférica se exprime no espaço geográfico.

Este trabalho está dividido em duas partes: a primeira parte propõe uma discussão acerca da geografia agrária da Amazônia e as relações de conflitos agrários e territoriais que se materializam na terra/território do espaço agrário amazônico, bem como se destacam as formas e estratégias de resistências a partir da produção econômica da agricultura camponesa frente às relações capitalistas de produção; a segunda parte aborda por meio da realidade empírica as dinâmicas agrárias e territoriais que se concretizam a partir da territorialização da produção da agricultura executada pela classe social do campesinato e o modo de vida simbólico-identitário das festas/festividades, religiosidade e sociabilidades existentes nas comunidades camponesas amazônicas do município de Iranduba-AM. Considera-se ainda, a articulação temática sob a ótica da metropolização regional periférica (LIMA, 2024), que aponta espaços metropolitanos, não metropolizados tendendo a ser cada vez mais envolvidos na dinâmica capitalista de produção e reprodução eivada de conflitualidades e de conflitos que se disseminam no urbano-metropolitano e no campo-agrário, uma realidade empírica espacial repleta de transformações, resistências e permanências.

CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA TERRA/TERRITÓRIOS AMAZÔNICOS

O debate acerca da Geografia Agrária na Amazônia considera em seus aspectos excludentes e contraditórios, as relações de conflitos agrários e territoriais que giram em torno da posse e uso



da terra, envolvendo de um lado o campesinato amazônico que vê terra/território como vida/trabalho/cultura sendo elementos de reprodução socioespacial/socioterritorial geradores de renda e subsistência familiar, e de relações capitalistas de produção que veem a terra/território como mercadoria que corrobora antagonicamente com a reprodução ampliada do capital (MARX, 1996; OLIVEIRA, 2007; FERNANDES, 2008; MARTINS, 2013:), lógica esta que atende aos mercados globalizados em suas múltiplas dimensões e escalas espaciais.

Os estudos sobre a questão agrária da Amazônia não se distanciam de discutir os modos de vida dos povos amazônicos, uma vez que a Amazônia é uma região repleta de múltiplos conflitos agrários e por territórios que se manifestam a partir do avanço da fronteira do capital (OLIVEIRA, 2016; PORTO-GONÇALVES, 2018; COSTA SILVA, 2022), o avanço da fronteira do capital, se dá hoje no Amazonas, com velhas práticas em novas áreas de reprodução, agora em sua região metropolitana, da qual Iranduba é município componente. É a exploração com os mesmos paradigmas pretéritos em novas áreas. Tem-se na Região Metropolitana de Manaus a condição sine qua non para a reprodução ampliada do capital sob a lógica do desenvolvimento regional que expropria e exclui povos-rios-florestas, e se apropria de terras e territórios, com grandes áreas florestais preservadas, repleta de povos em sua diversidade, e riquezas minerais e florestais.

Essa Amazônia de exploração e apropriação dos recursos naturais onde a territorialização do capital global avança e desenvolve dialeticamente na fronteira, realça uma região que se encontra em disputas territoriais latentes, pois pensar o território/territorialidade na Amazônia na perspectiva das questões agrárias, é importante considerar as ações que se manifestam nas terras, águas e florestas (WITKOSKI, 2021; CRUZ, 2007). Nesse sentido, a Amazônia ao ser alvo da ação geopolítica provocada por processos que se encontram em disputas, é caracterizada pelos recursos naturais e uma natureza que garante a recriação social das formas de vidas; pela pluralidade e organização de lutas e resistências e por meio da manifestação de práticas espaciais, simbólicas, econômicas e políticas, que se propaga no espaço amazônico carregada de particularidades e singularidades de uma Amazônia das Terras (Campos)-Águas(Rios)-Florestas (CONCEIÇÃO, 2021, p. 221).

Esses dois horizontes de intencionalidades distintas, permeados por relações de poder no espaço agrário amazônico brasileiro, existentes entre a classe social camponesa e modo de produção capitalista, para Martins (2009), mostra que a relação do campesinato com a terra/território é analisada como “terra de trabalho”, diferenciando da agricultura capitalista, onde a terra é percebida a “terra de negócio”, isto de fato se apresenta na Região Metropolitana de Manaus, e Iranduba com suas comunidades são envolvidos nestas relações de poder impostos pelas lógicas capitalistas hegemônicas. Ao dialogar com o conceito da expansão da fronteira capitalista na Amazônia, entende-se que a região amazônica é marcada por conflitos, centralizados na violência, exploração e grilagem (MARTINS, 2009; OLIVEIRA, 2005).

As relações capitalistas de produção que se manifestam na fronteira na Amazônia, são produto de encontros e desencontros entre sujeitos diferentes (ideias, intencionalidades, paradigmas e ações), pois na fronteira os conflitos não desaparecem, eles se reproduzem antagonicamente, fundamentado no movimento da história para compreensão da realidade. Portanto, os conflitos fundiários são marcados pela intolerância, ambição, expropriação, grilagem e morte (MARTINS, 2009; OLIVEIRA, 2016), pois a lógica, o processo e a escala são representados nos rearranjos espaciais não somente considerando as formas de ser, viver e trabalhar, mas nas diferentes formas de produção que se desenvolvem no campo-território entre os diferentes agentes que usam o território de diferentes maneiras.

A terra de trabalho encontrada na fronteira está associada à territorialização da vida camponesa, ao trabalho familiar executado por trabalhadores camponeses e trabalhadoras camponesas das comunidades do campo, para garantir o sustento e a renda familiar, pois para o camponês, camponesa a “ideia de terra como lugar onde se mora e se trabalha tem aqui plena vigência.



Para ele, a ‘minha casa’, o ‘meu canto’ designam a área de moradia. A minha ‘minha roça’ é o lugar onde planta para comer [...] a moradia cotidiana, a terra enfim, na sua expressiva condição de reprodução [...]” (MOURA, 1988, p.87).

A definição de terra de trabalho está constituída nas unidades organizativas da subsistência familiar camponesa, porque o meio de produção é determinante para permitir a estabilidade das condições de vida da classe social camponesa que não obedecem à lógica do modo de produção capitalista. Por outro lado, na terra de negócio ocorre a materialização da mercantilização de terra/território e na organização de um espaço da fluidez mercantil altamente lucrativa, uma vez que o processo de acumulação capitalista tende a explorar à terra/território e a subordinar estabelecendo uma ação de controle sobre a força de trabalho do campesinato, subjugando-os tais trabalhadores e trabalhadoras do campo à lógica do capital, bem como acabam transformando territórios culturais camponeses em espaço de produção de mercadorias.

A terra e o território são elementos da natureza que têm um valor de uso simbólico para essas comunidades, no qual indicam a reprodução social da vida e não um produto que tem valor de troca, destinado à mercantilização e especulação, processos paradigmáticos sobre a posse e uso da terra (FERNANDES et al., 2014), que objetivam a reprodução ampliada do capital. A exaustão desses recursos na natureza significa a destruição e a negação das territorialidades e espacialidades dos agentes sociais que vivem outra temporalidade e lógica. Para Oliveira (2005, p.73), “o território capitalista na Amazônia foi estabelecido sob a lógica dos monopólios, produzindo frações territoriais, regiões distintas na Amazônia brasileira”.

A produção da agricultura camponesa e da agricultura capitalista são lógicas opostas e com intencionalidades divergentes, sendo que a primeira forma de produção por meio do desenvolvimento do trabalho familiar, produz alimentos que atendem a subsistência e incorporam em uma comercialização em mercados locais e regionais. A segunda forma de produção tem a finalidade de se reproduzir globalmente em mercados agroexportadores (corporações ou monopólios de poder), que está ancorado na monocultura, utilizando-se de maquinários e ou insumos para aumentar a sua produtividade agrícola, por meio do melhoramento do setor técnico-produtivo (SANTOS, 2012; COSTA SILVA, LIMA, CONCEIÇÃO, 2018). Assim, o avanço das relações capitalistas de produção no campo é causador de inúmeros conflitos (terra-água-floresta/povos-rios-florestas), principalmente porque as duas formas de produção econômica possuem características de finalidades divergentes, pelo que se aponta o movimento espacial do capital, que ao se expandir no campo amazônico, produz commodities, determina relações conflituosas no espaço da produção subordinando a produção local (familiar) a uma forma de produção global (CONCEIÇÃO e SILVA, 2022).

Nos termos de Lima (2024, p.443), “no século XXI um processo de produção do espaço similar ao do passado é vigente, porém agora com técnicas modernas, com capacidades ampliadas de reprodução do capital mais rapidamente e ampliadamente e, portanto, de exploração mais intensa incluindo a tríade povos-rios-florestas”. Neste sentido, a ação política do estado junto ao setor privado, representantes de grandes grupos econômicos, é difundida sob a ótica do progresso e do desenvolvimento local-regional com a narrativa da geração de emprego e renda; transforma-se o núcleo urbanos e agrários, atrativo pelas proporções de terras disponíveis; passando a empreender sob a lógica do desenvolvimento para a ampliação e reprodução do capital na escala agrário-urbano-regional (LIMA, 2024).

Portanto, essas relações de conflitos que se concretizam nos múltiplos territórios na Amazônia afetam as territorialidades dos povos amazônicos, especialmente do campesinato, permite-se pensar que a abordagem de território como conceito, exprime relações de poder e processos que estão em disputa, considerando elementos materiais e imateriais, que manifestam antagonicamente no espaço agrário, entendido nos termos de Saquet (2009), como territórios “concomitantes e sobrepostos que se caracterizam pelo controle e pelo domínio, pela apropriação e pela referência, pela circulação e



pela comunicação, ou seja, por estratégias sociais que envolvem as relações de poder, materiais e imateriais, historicamente construídas”(SAQUET, 2009, p.85).

As disputas territoriais que se desenvolvem na Amazônia brasileira são antagônicas e envolvem duas classes sociais: o modo de produção capitalista e o campesinato. Estes sistemas econômicos, políticos e produtivos, que estão presentes no espaço agrário amazônico brasileiro, possuem intencionalidades, estrutura, forma, funcionalidades e conteúdos diferentes, porque na essência de suas lógicas, processualidades e escalas, apresentam-se dimensões espaciais e territoriais como relações desiguais e conflitantes de tamanha complexidade. Por isso, as estratégias territoriais, os planejamentos e o nível de organização entre as duas classes se encaixam em uma contenda paradigmática, pois estudar o território sem recorrer às relações de poder, torna-se primordial para leitura e análise geográfica das lutas sociais e resistências territoriais no espaço agrário. Esse movimento contraditório que se concretiza no território mostra que o território e a territorialidade são resultado da “processualidade histórica e relacional” (SAQUET, 2009, p.85).

A classe social camponesa e a classe social do modo de produção capitalista, são compreendidos como modos de produção divergentes e antagônicos, porque além de estarem em constantes disputas territoriais, atingem escalas, funcionalidades e conteúdos que são de outra natureza. A racionalidade difundida pelo campesinato e a racionalidade em seus aspectos da produção, vida, trabalho e da cultura, contemplam cenários dialéticos. A expansão da fronteira do capital global atrelada ao movimento da história, é compreendida a partir da acumulação capitalista, que cria e recria novos arranjos territoriais a partir da apropriação da natureza e da expropriação do campesinato (OLIVEIRA, 2005, 2016; PORTO-GONÇALVES, 2018).

Nesse sentido, as formas de produção materializados no espaço agrário brasileiro e amazônico também se tornam como modelos em disputas, uma vez que antes a agricultura camponesa tida como tradicional e de sobrevivência dos povos amazônicos, vem diminuindo sua escala e processo de produção, pois esta forma de agricultura vem sofrendo às pressões e coação territorial de uma produção verticalizada de caráter global: agricultura capitalista. Este torna-se um projeto de negação de territorialidades dos povos amazônicos, exigindo que os trabalhadores camponeses e trabalhadoras camponesas lutem e resistam frente às formas de exploração e violências criadas a partir da expansão e desenvolvimento do capital no campo brasileiro e amazônico.

FESTAS/FESTIVIDADES, RELIGIOSIDADE E SOCIABILIDADES EM IRANDUBA-AM: RESISTÊNCIAS CAMPONESAS

A condição da realidade empírica de Iranduba¹ se dá pelo seu contexto de hinterlândia entre as mudanças que se impõe pela criação da Região Metropolitana de Manaus, criada em 30 de maio de 2007 pela Lei 52/2007. Novas práticas estão agora contíguas às manifestações que resistem, fruto de formas pretéritas de um cotidiano que remete a uma outra ordem, e isso se dá pela “situação geográfica” que no caso de Iranduba tem sua zona rural situada na estrada Manoel urbano, rodovia que liga Manaus outras duas cidades (SOUSA, 2015) com sua produção agrícola camponesa fortemente ligada às áreas de várzeas, condição que operacionaliza um modo de vida cujas coexistências são identificadas a partir de uma tipologia de campesinato, o campesinato ribeirinho (CRUZ, 2007).

Essa realidade presente na territorialização do campesinato ribeirinho, mostra que inúmeras comunidades surgem na porção sul do município, uma vez que se vislumbra na fertilização do terreno pelas águas do rio Solimões. Entretanto, a produção de alimentos é encontrada também em todo o território do campo onde vive o trabalho do campesinato, pois além da agricultura camponesa ser desenvolvida em áreas de várzea, encontra-se essa forma de produção também em áreas de terra firme, entendido por Witkoski (2021) como campesinato amazônico. Portanto, para a compreensão



dessas territorialidades camponesas presentes no espaço agrário do município de Iranduba, uma breve caracterização geográfica ajuda a situar e caracterizar acerca da área de estudo, e conforme Sousa (2015) Iranduba está situado entre os Rios Negro e Solimões, sendo o único município do estado do Amazonas com esta condição, possuindo terras de igapó, banhadas pelo Rio Negro e terrenos de várzea, com uma extensão territorial de 2.215 km².

O município de Iranduba possui múltiplos territórios culturais e de produção econômica camponesa que se destina à comercialização dos mercados locais e regionais. A produção camponesa, apresenta-se como uma estratégia de resistência na terra/território na Amazônia, porque se mostra como uma atividade executada através do trabalho familiar, qualificada como poliprodutiva e por uma diversificação da produção de alimentos que contribui com a subsistência nas unidades familiares organizativas camponesas e gera renda para essas famílias.

Nesse sentido, a espacialização e a territorialização camponesa do município de Iranduba reforça que nas comunidades e áreas de assentamentos encontram-se trabalhadores camponeses e trabalhadoras camponesas poliprodutores de alimentos que desenvolvem o trabalho familiar (terra de trabalho), pois a produção camponesa é uma estratégia de luta e resistência, ou seja, de organização espacial/territorial política para a permanência na terra como produtores de alimentos diversificados, contrapondo-se à lógica do modo de produção capitalista de produção, que vê a terra/território como mercadoria (terra de negócio e especulação).

O modo de vida do campesinato é compreendido no contexto das comunidades camponesas de Iranduba do estado do Amazonas. Isso porque o território da produção camponesa tende a se mostrar resistente ao continuar produzindo alimentos nas territorialidades nas/das terras, águas e florestas frente ao modelo das relações capitalistas de produção, sobretudo, porque a Amazônia é alvo da expansão e desenvolvimento da fronteira do capital global, promotora de espacialização e territorialização de diversos conflitos agrários e territoriais que atinge as territorialidades camponesas amazônicas, a exemplo da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, realidade empírica particular desta análise.

A comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro se localiza no município de Iranduba, em um dos ramais que ligam a AM 070 às vilas, comunidades e propriedades de camponeses, chácaras e sítios com produção camponesa diversificada, resultado do trabalho familiar e que gera emprego e renda. Uma das características comuns desses espaços rurais/agrários é sua forte ligação com os núcleos religiosos organizados e representados pela presença da Igreja Católica que remete a uma construção cultural tradicional de décadas nas comunidades Amazônicas. Nesse contexto, ao se referir às comunidades amazônicas que possuem características coletiva, cooperativa, solidária e da sociabilidade, denominada de Puxirum Amazônico, destacam-se os seguintes elementos simbólicos: igreja, campo de futebol, sede/barracão de festa e a escola, grupos de cooperação para o trabalho (mutirão ou ajuri) (CHAVES, 1990, p. 89; CONCEIÇÃO e COSTA SILVA, 2021). Esses elementos comunitários simbólico-identitários, concebe a materialização de estratégias de (re)existências de vidas, trabalho e práticas culturais do campesinato (Figura 1).

Cria-se uma sociabilidade próxima de expressão comunitária importante que se manifestam de forma mais visível nos chamados “festejos” que são festas religiosas geralmente relacionadas a um “Santo” da igreja ou a algum fenômeno ou manifestação histórica religiosa, pois essas práticas festivas e manifestações culturais comunitárias amazônicas representa como modo de vida do campesinato (CRUZ, 2007; CONCEIÇÃO e COSTA SILVA, 2021). Nos festejos há o encontro, o trabalho, o lazer e a (re)união em torno da realização da atividade, ao mesmo tempo expressão simbólica da manifestação de uma religiosidade, fato ainda vivenciado na metrópole Manaus, mas que fora da dimensão urbana guarda aspectos singulares pelo estreitamento nas redes de sociabilidade e vizinhança.



Figura 1. Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro enfeitada para o festejo.



Foto: Autor, 2023.

De acordo com Sousa (2015, p. 37), a “situação geográfica dos municípios e mesmo da zona rural, tem possibilitado diversas e intensas transformações socioespaciais em função das novas dinâmicas de interação e integração com a capital”, caso expressivo em Iranduba. Esse processo de mudanças se deve em virtude da expansão das relações capitalistas de produção adentrarem contraditoriamente o espaço agrário de Iranduba, pressionando e ameaçando o território do campesinato, cuja produção do espaço deste município recentemente é visto como espaço produção de mercadoria. Essa nova dinâmica da terra/território como negócio e em estágio especulativo, da legitimação da propriedade privada, concentração fundiária e da grilagem da terra, é encontrada no setor da agricultura capitalista, o que ocasiona transformações e impacta de forma gradual e diretamente a agricultura camponesa, uma vez que no caso de Iranduba “[...] sua relação é dada expressivamente com Manaus pela produção e comercialização de frutas, verduras e pela construção civil, com o fornecimento de telhas e tijolos.” (SOUSA, 2015, p. 38).

Esses dois modelos de produção de agricultura, a capitalista e a camponesa, são pares dialéticos ao analisar a produção econômica e a escala destinada no circuito de comercialização e consumo. Ao analisar a territorialização camponesa em Iranduba, dois casos exemplificam bem essa dinâmica espacial e territorial da produção econômica de renda/subsistência familiar praticada pela trabalhadora camponesa 1 e trabalhadora camponesa 2. No primeiro caso, a trabalhadora camponesa 1 saiu da comunidade do Catalão com seu esposo em razão do fenômeno de terras caídas². Essa área também é rural no município de Iranduba, localiza-se em área de várzea junto ao rio Solimões. Depois do ocorrido do fenômeno das terras caídas, as famílias foram estabelecidas primeiro no bairro da Colônia Antônio Aleixo em Manaus, somente em 2014 compraram uma propriedade no atual ramal do Pupunhal, área rural de Iranduba.

A produção da trabalhadora camponesa 1 é baseada na produção agroecológica de produtos orgânicos, fruticultura (banana, abacate, manga, cubiu, mamão, limão), horticultura (cheiro verde, alface, couve, almeirão, brócolis, vinagreira, jambu, rabanete, taioba) e leguminosas (milho, quiabo, maxixe, pimenta de cheiro, hibisco), caracterizando como um campesinato poliprodutor que desenvolve a soberania alimentar. No primeiro semestre a produção é maior, pois é no período chuvoso onde facilita o cultivo das plantações dos produtos agrícolas da agricultura camponesa agroecológica, pois depende do tempo da natureza. Essas propriedades camponesas se configuram como pequenas propriedades, possuindo em média uma área de aproximadamente 1 hectare. A produção é escoada pela estrada AM 070, pois consegue escoar seus produtos para Manaus e os comercializa em feiras livres de produtos orgânicos na capital, inclusive em feiras dentro de shoppings. Segundo a trabalhadora camponesa 1, a produção nas proximidades possui selo de



orgânico há 8 anos por meio da Rede Maniva de Agroecologia-REMA, projeto articulado a um movimento social de resistência de produção agroecológica no estado do Amazonas, que no seu depoimento, o lema da luta agroecológica é: “agroecologia, plantando com amor, colhendo saúde”.

A trabalhadora camponesa 1 afirma ainda, que existe um ponto fixo em um bairro de Manaus que funciona como centro de distribuição e comercialização de suas “Cestas Verdes” que saem da produção em Iranduba, denominado de Sistema de Cesta por Assinatura. Além disso, sua produção também vai para o programa de merenda escolar do Governo do Estado do Amazonas, pois a principal fonte de renda das famílias camponesas são derivadas dos Programas, Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, Programa Nacional de Merenda Escolar-PNAE e Programa de Regionalização da Merenda Escolar-PREME.

A construção de vias de acesso à capital e o melhoramento (relativo) das redes infraestruturas em direção à sede facilitaram novos meios de escoamento da produção, dinamizando a comercialização dos alimentos orgânicos, apesar de que a melhoria de infraestrutura de acesso não chegou ainda ao Ramal do Pupunhal, ficando limitada às vias principais. Essa se constituiu em uma grande mudança nas relações entre a zona rural de Iranduba e a capital Manaus, que com o incremento da Ponte Rio Negro, antigos postos de trabalho foram perdidos ou realocados, como os atravessadores de cargas do rio que outrora escoavam a produção para Manaus.

Recentemente, a Ponte Rio Negro objeto no conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações que é dotado de um sistema de engenharias complexo (SANTOS, 2012), traz uma nova dinâmica no espaço-tempo nas diferentes formas de agricultura, pois instaura outras possibilidades de negócios no núcleo metropolitano. A duplicação da rodovia AM 070 também contribuiu na aceleração e intensificação dos fluxos e interações espaciais no recorte espacial/territorial em análise. Assim, apesar das transformações introduzidas no espaço agrário de Iranduba, o preço não mudou para a capital, é o que afirma Santos (2015, p. 91), explicando que o “aumento da demanda por uma determinada mercadoria só contribui para que haja um aumento do seu preço”. Ou seja, nessa imbricada relação nada previsível, transformações e permanências são como fluxos, a mudança que vai para um lado da ponte nem sempre se traduz em uma ruptura com o padrão preestabelecido anteriormente.

Além da parte do escoamento da produção da trabalhadora camponesa para o Governo do Estado, ela tem em Manaus um grupo específico de compradores, que pode ser nivelado por estratificação de classe. Como produtos orgânicos possuem valor agregado mais elevado, somente um grupo seletivo e específico que paga pelo produto podem adquirir a mercadoria, enquanto grande parte da população, consome alimentos mais baratos que caibam no orçamento de sua renda, demonstrando uma relação de caráter contraditório, uma vez que na cidade e no urbano, o consumo desses alimentos orgânicos somente por ser feito por quem pode pagar para aquisição dessa mercadoria. Os preços dos produtos orgânicos podem variar em relação à média de preços de produtos não-orgânicos, uma vez que o custo da produção demanda especificidades no trato com as plantas e na adubagem. Com o crescimento das vendas para a capital, a produtora diversificou os produtos como exemplo a criação de abelhas e incremento de mais diversidade de hortaliças na sua pequena propriedade. Assim, a mudança nesse setor, também não se dá apenas em quantidade, mas em qualidade para atender ao público da capital de Manaus.

Além da produção de alimentos orgânicos na área do assentamento que possui 60 famílias que trabalhavam como garantia da soberania alimentar coletiva e comunitária, há famílias que mesmo antes trabalharem com a agricultura convencional de subsistência, trabalham na atualidade com uso de agrotóxicos nas plantações agrícolas camponesas, objetivando a ampliação rápida do aumento da produtividade, que impactam sobremaneira a saúde e a qualidade de vida dos povos amazônicos do estado do Amazonas. Aquelas famílias camponesas que não utilizam agrotóxicos nos cultivos agrícolas, utilizam-se da estratégia de barreira de contenção, mesmo assim, não é suficiente, pois em decorrência da ação dos eventos invadem outras propriedades vizinhas de trabalhadores camponeses



e trabalhadoras camponesas. Na territorialidade camponesa não é prática costumeira usar venenos na produção de alimentos, mas a influência forças hegemônicas exógenas de ordem global e multiescalar da racionalidade das relações capitalistas de produção, a exemplo da territorialidade do agronegócio que se instalou na Amazônia, introduziu uma narrativa hegemônica e colonialista que todos os tipos de agricultura compõe o pacote de que o “Agro é pop, Agro é Tech, Agro é Tudo”, portanto, uma falácia, fábula de perversidade estratégica criada pelo discurso do capital.

No segundo caso, a trabalhadora camponesa 2, moradora do “Ramal da Cachoeira do Castanho” no “Novo Catalão” que é uma área de assentamento para horticultura, saiu da comunidade do “Catalão Velho” às margens do rio, devido aos efeitos naturais do fenômeno das terras caídas. A produtora afirma que existe uma diferença, pois “lá na várzea era adubada naturalmente”, e hoje são necessárias técnicas de produção na área firme. Isso revela a relação singular dos povos amazônicos em suas relações de plantação e produção em áreas de várzea e os domínios das técnicas da produção em áreas inundáveis. A trabalhadora camponesa 2 vende seus produtos para o PNAE que chega à sede de Iranduba.

Se identifica uma negligência do Estado e a ineficácia das políticas públicas sociais e territoriais para a atender as necessidades das populações camponesas de Iranduba, alguns elementos se manifestam como precários e se projeta negação da identidade e de direitos humanos e territoriais do campesinato no espaço agrário, pois há carência de Escolas do Campo e a falta de infraestruturas básicas, como uma estrada pavimentada para a comunidade, o que permite a menção de um projeto periférico, um desenvolvimento regional desigual.

Hoje em dia, para as famílias camponesas, a relação com Manaus se dá através das compras mensais de abastecimento de mantimentos (chamado popularmente de “rancho” para o complemento da cesta básica) e as idas para procura de alguns serviços, como consultas médicas, exames nos hospitais, comércios e serviços públicos e privados (bancários e de saúde) e administrativos, e até os mais especializados. Ademais, a tecnologia também se insere como mudança no lugar e no cotidiano coletivo e comunitário do modo de vida do campesinato (MOURA, 1988; CONCEIÇÃO; COSTA SILVA, 2021), uma vez que a comunidade conta atualmente com um grupo no aplicativo WhatsApp para compartilhar notícias ou informações de interesses em comum, principalmente sobre a comunidade, determinante para a permanência da recriação espacial/territorial da territorialização camponesa na Amazônia.

Ao se tratar da territorialização camponesa no Assentamento Novo Catalão, mostra-se que a vida, o trabalho, a cultura e a produção camponesa, são partes integrantes do modo de vida de trabalhadores camponeses e trabalhadoras camponesas concretizado a partir da reprodução socioespacial/territorial de permanência na terra/território. O Assentamento instituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, possui 72 famílias, os trabalhadores camponeses e trabalhadoras camponesas, dentre os quais possuem somente a posse da terra, que segundo fala a trabalhadora camponesa 2 “o INCRA esqueceu de nós, o INCRA ficou de dar a casa e nunca deu”. Esse processo reforça a problemática que infringe o espaço agrário brasileiro, pois a lei de reforma agrária não implica somente em disponibilizar a terra, mas deve dar condições de amparo para a permanência do campesinato na terra/território, fundamentalmente a efetivação de direitos básicos de saúde, educação, moradia e assistência técnica, para que assim essa classe social continue (re)existindo com a produção de alimentos.

A realidade empírica no assentamento, alude outras questões, como o gênero, destacando empoderamento, protagonismo e autonomia feminina no campo, o que não é tão comum em grande parte das realidades camponesas, pois o sistema patriarcal e o machismo é predominante campo, onde as propriedades estão, em grande medida, em nome do homem que tem acesso à crédito e participa de associações e cooperativas, além de que o trabalho das mulheres em grande parte dos casos é invisibilizado e ocultado, cuja “superioridade masculina” no campo é apresentada como o “chefe e/ou responsável pela família”. Entretanto, no contexto do



assentamento de Novo Catalão apesar de existir a reprodução patriarcal, a realidade em questão reporta o papel do trabalho, da participação ativa e da autonomia feminina na propriedade camponesa, porque a propriedade está no nome da mulher camponesa, que gerencia e lhe é concedida a atribuição de estar à frente desse espaço de poder nas resoluções referentes às questões fundiárias e produtivas. O motivo dessa responsabilidade, ressaltado pela entrevistada trabalhadora camponesa 2, deve-se de que a propriedade estando no nome da mulher, mais difícil de ser vendida, além do mais narrou ainda que se o “marido deixa”, ou seja, separa da mulher, a mulher fica na terra. A exceção de posse da propriedade no nome do homem ocorre somente quando ele não tem família, é sozinho.

Nesse assentamento do campo, a principal fonte de renda é oriunda da agricultura convencional e de subsistência, vem da produção resultado do trabalho executado na terra (plantar, nascer, colher), na qual apresentam uma diversidade produtiva de alimentos, onde a terra tem um significado fundamental para a recriação social da vida, trabalho e cultura da classe social camponesa do assentamento Novo Catalão, município de Iranduba. O tamanho da área da propriedade possui aproximadamente um hectare, mas tem algumas famílias camponesas que ainda que a terra possui valor simbólico de reprodução social no território, se conseguisse novamente um terreno na várzea e/ou na “beira do rio”, retornava para o modo de vida ribeirinho amazônico de um campesinato ribeirinho, que constitui territorialidades nas terras, águas e florestas.

A compreensão sobre as transformações espaciais/territoriais presentes no município de Iranduba transcendem o campo-rural, perpassando por uma dimensão do urbano-metropolitano, possui alcance e reflexos diretos na cidade-urbano, pois na sede do município de Iranduba, na orla da cidade, às proximidades do porto, percebe-se um modo de vida amazônico que se conecta em complementaridade as relações campo-cidade e rural-urbano. O porto se manifesta de forma mais evidente no momento em que se destacam as atividades presentes no mundo entre terra-água, elementos comuns que fazem parte do contexto espacial-temporal das cidades amazônicas. Os barcos atracados, o descarregamento de mercadorias que partem e chegam do interior do estado, a venda de peixes e verduras. Este se apresenta com um outro tempo e ritmo, temporalidade e ritmo típicos de uma cidade às margens das águas em áreas de várzea, que em contraponto à construção da ponte Rio Negro, estabelece mudanças significativas na estrada AM-070, impondo-lhes novas ordens, normas, funções e conteúdos no território.

De fato, são mudanças que ocorreram também na sede de Iranduba, mas principalmente pela “integração rodoviária” e a “interação dos fluxos e da circulação entre essas cidades” como apontado por Sousa (2015, p. 165). Lima (2024) chega a mencionar a dimensão metropolitana na sede de Iranduba difundida a partir da metrópole Manaus pelo eixo rodoviários, dada a redução da distância topológica entre Iranduba e Manaus, evidenciando que o comércio e os serviços diversos se instalam como mote de uma metropolização regional periférica. Há duas percepções nesse processo por parte dos moradores locais: (1) proximidade e a integração os aproximaram de problemas sociais, mas (2) “preferem destacar que com essa nova realidade eles têm a possibilidade de ter acesso aos produtos e serviços disponíveis na capital” (SOUSA, 2015, p. 165). Nessa relação dialética e contraditória, a nova centralidade que surge a partir rodovia altera a configuração espacial e territorial do município, pois novos empreendimentos de grande porte surgem em áreas antes rurais, cabendo-lhes novas pesquisas e abordagens para entendimento do novo papel da sede de Iranduba, bem como as dinâmicas estabelecidas através da complexidade de transformações e impactos da reprodução da metropolização nas áreas de produção camponesa que se desenvolvem nessa nova reestruturação.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica da produção camponesa no estado do Amazonas tem sua dimensão conflitiva, para além do próprio desafio da produção, nas relações capitalistas que tendem à mercantilização em todas as ordens. Essa lógica estabelece seu controle a partir de táticas, que geralmente comungam do uso do controle do Estado. Existem especificidades da ação do capital em cada município, entre estratégias que ora se aproximam e se distanciam, entretanto, a substância dessas mudanças permanece a mesma: a reestruturação do espaço pela lógica do capital que captura relações nos territórios e nas territorialidades, coadunando-se com vários processos espaciais, entre eles a metropolização do espaço.

No caso do Município de Iranduba, existem múltiplas resistências históricas que se referem à “travessia da várzea para terra firme produzida pelo estado autoritário em 1976” (CHAVES, 1990, p. 86), a continuidade da transferência dos camponeses da várzea para novos assentamentos pelo movimento de terras caídas no rio Solimões, que demandou novas técnicas do cuidado com a produção e após a inauguração da Ponte Rio Negro em 2011, como expressão da metropolização do espaço, uma metropolização regional periférica que se dá na ótica de um desenvolvimento regional desigual, que por si evidencia espaços periféricos (LIMA, 2024) conjugando transformações de diferentes ordens ao espaço, ao território e às relações sociais, claramente transformações dialéticas, que ora se traduzem na aproximação com a metrópole e na mobilidade, escoamento de produção e em outros momentos nas incertezas do avanço do capital que faz pressão sobre a terra/território e sobre o modo de vida, que coloca Iranduba como espaço do avanço do capital submetido a lógica do processo de metropolização regional periférico (LIMA, 2024), conjuntamente a toda Região Metropolitana de Manaus/RMM.

Esse movimento não acontece com a passividade e total consentimento dos habitantes, os trabalhadores camponeses e trabalhadoras camponesas lutam e resistem através da realidade do lugar e cotidiano, das práticas tradicionais e múltiplas manifestações culturais mantidas com persistências, quase insistências ante aos modelos totalizantes, que fazem frente a um cotidiano fragmentado e a uma territorialidade hegemônica destacando a partir do desenvolvimento e expansão das relações capitalistas de produção no espaço agrário amazônico, de modo ampliado e sempre tendendo a reproduzir-se.

Irاندuba segue sendo o caminho das permanências e das transformações, que estabelece a espacialização dos conflitos agrários e territoriais no campo-cidade e rural-urbano, incidindo em um manifesto urbano-metropolitano. Porém, qual o conteúdo e a substância dessas mudanças? Elas são múltiplas, mas principalmente, destaca-se sua singularidade do avanço de uma metropolização na Amazônia ocidental na Região Metropolitana de Manaus, que cresce, concentra e atrai ao mesmo tempo que dispersa com uma aparência do global e nacional assentada sobre o típico ambiente amazônico (BRAGA, 2019, p. 2), encontra-se ainda conjugado ao núcleo metropolitano e nas áreas onde vive e trabalha o campesinato, que no íterim dessa relação e lógica excludente e contraditória, resistem ao passo que se valem e ressignificam proximidade-distância de seus respectivos modos de vida na terra/território.

REFERÊNCIAS

AREB, M. V.; LIMA, S. P. M. de; CONCEIÇÃO, F. S. da. Território e relações de poder na Região Metropolitana de Manaus: metropolização, resistências e permanências. In: Revista Geopolítica Transfronteiriça, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 79-94, mar. 2024. ISSN 2527-2349. Disponível em: <<https://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/view/3396>>. Acesso em: 18 mar. 2024.



BRAGA, E. H. F. Novas determinações do processo de reprodução do espaço da metrópole Manauara», In. *Confins* [Online], 43, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/25034> . Acesso em: fev. 2024.

CARVALHO, J. A. de. et al. Episódios de terras caídas no rio Amazonas: caso costa da Água Parintins-Am, XVIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 2009. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://abrh.s3.sa-east-1.amazonaws.com/Sumarios/110/4beb23f76aa2e3d0796979ec5eb3bff1_21e0727682258f40d3b7f56e53fa48b6.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2024.

CHAVES, M. do C. C. Iranduba: ribeirinhos na travessia produzida - análise de um projeto para populações rurais no estado do Amazonas. Dissertação (Mestrado em Educação), Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1990. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/d7ec2bac-a85a-492a-b118-6ac3e2ff60ac/content> . Acesso em: mar. 2024.

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. Amazônia do Tapajós em conflito: agronegócio e povos amazônicos nos territórios das terras-águas-florestas (TAFS). In: CAVALCANTE, Maria M. de A.; COSTA SILVA, Ricardo G. da; SILVA, Josué da C. *Amazônia: emoções, vivências e resistências*. – Porto Velho, RO: Coleção Pós-Graduação da UNIR - EDUFRO, 2021. 275 p.

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. SILVA, WESLEY, H. G. e. Agronegócio produz commodities e agricultura camponesa produz alimentos: o caso da Amazônia brasileira. COSTA SILVA, Ricardo G. da. (Orgs.). *Geografia, território e sociedade na Amazônia*. – Porto Velho: Temática Editora e PPGG/UNIR, 2022.

COSTA SILVA, R. G.; LIMA, L. A. P.; CONCEIÇÃO, F. S. Territórios em disputas na Amazônia brasileira: ribeirinhos e camponeses frente as hidrelétricas e ao agronegócio. *Confins* [En ligne], 36 | 2018, p. 1-25. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/13980>>.

CRUZ, M. de J. M. da. Territorialização camponesa na várzea da Amazônia. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo, 2007. 274f.

COSTA SILVA, R. G. da. A desamazonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem. In: *Conflitos no Campo Brasil 2021*. Centro de Documentação São Tomás de Balbuíno. Goiânia, CPT Nacional, 2022, 260p.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. (Orgs.). *Campesinato e territórios em Disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. (Orgs.). *Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias*. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

FERREIRA, Á.; RUA, J.; MATTOS, R. C. de. *Metropolização do espaço, cotidiano e ação: reflexões iniciais*. In. FERREIRA, Á.; RUA, J.; MATTOS, R. C. de. Orgs. *O espaço e a metropolização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LIMA, Susane P. M. de. A metropolização regional periférica aquém da metrópole: A Região Metropolitana de Manaus vista do lado de lá. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas. Departamento de Geografia do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais/IFCHS. Manaus: UFAM, 2024. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10019> Acesso em fevereiro de 2024.

LOUREIRO, V. R. A Amazônia no século XXI: as novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009. p. 67-117.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. MARX, K. BARBOSA, R.; KOTHE F. R. (Trad.). *O Capital: para a crítica da economia política*. Livro I, Capítulos XIII a XXV, volume II, Editora Nova Cultural Ltda., 1996. p. 339-381.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1), maio de 1996, p. 25-70.

EDIÇÃO ESPECIAL:

Dossiê Amazônia, mudanças e realidades contemporâneas



PÁGINA 167

_____. Fronteira: a degradação do outro nos confins do mundo. Editora Contexto, São Paulo, 2009.

_____. O cativo da terra. 9. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

MOURA, M. M. Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

OLIVEIRA, A. U. de. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, M. (Org.). Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.

_____. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

_____. A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência. São Paulo: Iandê Editorial, 2016, 530p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Amazônia: encruzilhada civilizatória Tensões territoriais em curso. Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica – IPDRS / CIDES - UMSA, 2018.

SANTOS, M. [1996]. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. EDUSP. São Paulo, 2012.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, 368p.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Trad. SARTI, C. A.; BRANT, W. C. Revista NERA Presidente Prudente Ano 8, n. 7 pp. 1-21 Jul./Dez. 2005.

SOUSA, Isaque dos Santos. A ponte do Rio Negro e a reestruturação do espaço na região metropolitana de Manaus: um olhar a partir de Iranduba e Manacapuru. Manaus: Editora Reggo/UEA Edições, 2015.

SPOSITO, E. S. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

WITKOSKI, A. C. Terras, Florestas e Águas de Trabalho: as formas de uso dos seus recursos naturais nas várzeas amazônicas. – Manaus: Editora Valer, 2021, 560p.

¹A sede do município, a chamada “Vila de Iranduba”, foi criada em 1964, localizada na “costa do Iranduba”, situada na margem esquerda do rio Solimões. Na década de 1990 havia uma diferenciação entre a sede do município e as localidades rurais que não eram tomadas pelos camponeses pelas nomenclaturas oficiais, mas baseadas na característica do ecossistema - várzea e terra firme - e o movimento dos rios”, assim, como meio de localizar-se, comumente usavam as expressões “vou subir para terra firme”, vou baixar para Manaus”, “moro no Solimões, na altura do Iranduba” (CHAVES, 1990, p. 88). Essas expressões revelam territorialidades próprias em uma intensa relação ambiental da construção de seu próprio mundo.

²As terras caídas são definidas por Carvalho (2006 apud CARVALHO et. al. 2009, p. 4) como “sendo uma terminologia regional amazônica usada indistintamente para designar erosão fluvial nas margens do rio Amazonas e de seus afluentes de água branca”. Estas têm uma dimensão social na medida em que causam remanejamento de casas ou comunidades.

